**EXCELENTÍSSIMO JUÍZO DA \_\_\_\_ª VARA DO TRABALHO DE \_\_\_\_\_\_\_ DA \_\_\_ª REGIÃO**

**Processo n° ...**

**... (nome completo em negrito do reclamante)**, ... (nacionalidade), ... (estado civil), ... (profissão), portador do CPF/MF nº ..., com Documento de Identidade de n° ..., residente e domiciliado na Rua ..., n. ..., ... (bairro), CEP: ..., ... (Município – UF), vem respeitosamente perante a Vossa Excelência propor:

**CONTESTAÇÃO**

em face de **... (nome em negrito do reclamado)**, ... (indicar se é pessoa física ou jurídica), com CPF/CNPJ de n. ..., com sede na Rua ..., n. ..., ... (bairro), CEP: ..., ... (Município– UF), pelas razões de fato e de direito que passa a aduzir e no final requer.:

A insubsistência das alegações da Reclamante e, consequentemente, de seus pedidos, é flagrante e de fácil comprovação, vez que destituídas de qualquer amparo fático ou jurídico, conforme restará devidamente apurado.

**DOS FATOS**

O reclamante alega que laborou para a empresa reclamada como \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, perfazendo salário de R$\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, no periodo \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, postulando pela rescisão indireta.

Afirma ainda que perfazia uma jornada de trabalho de \_\_\_\_\_\_\_\_horas por dia, com intervalo de 01 hora de almoço, sem assinatura na CTPS;

Aduz ainda, que em todo lapso temporal de trabalho não fora depositado seu FGTS devido.

**DAS DIVERGÊNCIAS**

Diferente do que argui o reclamante a empresa reclamada \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

**DO DIREITO E DOS PEDIDOS**

Face o exposto, a reclamada pugna para:

1. Que sejam julgados improcedentes todos os pedidos do demandante na exordial com base na síntese fática e jurídica supra mencionadas,;
2. Que seja julgado improcedente o pedido de declaração de rescisão indireta, e todas as verbas rescisórias inerentes a este tipo de rescisão:
3. Aviso Prévio, férias proporcionais,
4. 13º proporcional;
5. Multa de 40% sobre o FGTS;
6. E todas as repercussões legais dos itens acima.
7. Que seja julgado improcedente o pagamento do mês de junho de 2015, posto que já se encontre pago;
8. Que seja julgado improcedente o pedido de pagamento das horas extras, posto estas já estarem pagas;
9. Quanto ao FGTS, CTPS e consequente pagamento do seguro desemprego deve-se ser julgado da mesma forma improcedente, já que, volta-se incansavelmente a indagar, não ser de responsabilidade da reclamada, posto esta não ser proprietária, nem pouco seu marido ou qualquer familiar, do estabelecimento comercial que o reclamante laborou.

**DA APLICAÇÃO DA MULTA DO ART. 467 CLT**

Tendo contestado todos os pedidos da inicial, não cabe a aplicação da multa prevista neste dispositivo uma vez que somente seria aplicado em caso de verbas incontroversas que não é o caso.

**DA APLICAÇÃO DA MULTA DO ART. 477 CLT**

Não tendo pagado as verbas rescisórias correta e tempestivamente por culpa exclusiva do reclamante que resolveu desaparecer, desta forma, não havendo no que falar em aplicação da multa prevista no Art. 477.

**DOS HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA**

Pugna pela fixação de honorários sucumbenciais nos termos do art. 791-A, da CLT, condenando a parte reclamante ao pagamento.

**DAS PROVAS**

Requer o depoimento do Reclamante, sob pena de confissão, a produção de todos os meios de provas admitidas em direito, notadamente, pericial, documental e testemunhal.

**DA COMPENSAÇÃO**

O reclamado requer ainda que, sobrevindo eventual condenação, o que se admite apenas por precaução, sejam compensados os valores já recebidos pelo reclamante.

**REQUERIMENTOS FINAIS**

*Ex positis*, e pelo que dos autos consta, fica integralmente contestada a reclamatória intentada, protestando a reclamada pela produção de todo os gêneros de provas em direito admitidas, em especial pelas provas documentais e testemunhais, juntada posterior de documentos, inclusive em contraprova, e tudo o mais que se fizer necessário à boa instrução processual.

Pede, por fim, a improcedência da ação, com base nos fundamentos expostos nos itens respectivos, com a condenação do Reclamante nas custas.

Nestes termos,

pede e espera deferimento.

... (Município – UF), ... (dia) de ... (mês) de ... (ano).

**ADVOGADO**

OAB n° .... - UF